

ESTADO DA PARAÍBA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA Comissão de Constituição, Justiça e Redação PROJETO DE LEI Nº 803/2016



"Dispõe a proibição da comercialização de buzina de pressão à base de gás propano butano, envasado em tubo de aerossol a menores de 18 anos no Estado da Paraíba e dá outras providências". EXARA-SE O PARECER PELA CONSTITUCIONALIDADE E JURIDICIDADE, COM A APRESENTAÇÃO DE EMENDAS.

AUTOR(A): DEP. ADRIANO GALDINO.

RELATOR(A): DEP. BRANCO MENDES. SUBSTITUIDO NA RELATORIA

PELA DEP. CAMILA TOSCANO

 $PARECERN^{\circ}$ 843/2016

I - RELATÓRIO

A Comissão de Constituição, Justiça e Redação recebe para análise e parecer o **Projeto de Lei nº 803/2016**, de autoria do Deputado Adriano Galdino, o qual "Dispõe a proibição da comercialização de buzina de pressão à base de gás propano butano, envasado em tubo de aerossol a menores de 18 anos no Estado da Paraíba e dá outras providências".

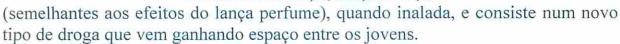
A presente propositura pretende proibir a comercialização de buzina de pressão à base de gás propano butano, envasado em tubo de aerossol a menores de 18 anos, visando também aplicar multa de um salário mínimo ao estabelecimento comercial infrator. Procura dispor ainda que toda nota fiscal lançada sobre a venda desse produto deve possuir identificação do comprador.

Na justificativa do projeto, o autor aduz que a mistura dos gases butano e propano, normalmente usada em tubos de aerossol, produz efeitos alucinógenos

1



Comissão de Constituição, Justiça e Redação



Alerta que a mistura é altamente perigosa, podendo causar danos severos no sistema cardiorrespiratório, náuseas, vômitos, danos ao sistema nervoso central e até mesmo morte súbita.

A vítima mais recente dessa prática, segundo o autor, foi uma estudante que faleceu, no dia 26 de março de 2016, depois de inalar o gás de buzina durante uma festa em um condomínio em São José do Rio Preto no estado de São Paulo. Ela teve uma parada cardíaca e veio a óbito. Um mês antes, prossegue o autor, em Rio Preto, também em São Paulo, uma adolescente de 17 anos teve uma parada cardíaca e passou nove dias internada na UTI, após inalar o gás durante uma festa com amigos.

A matéria constou no expediente do dia 06 de abril de 2016. Instrução processual em termos e tramitação na forma regimental. É o relatório.



Comissão de Constituição, Justiça e Redação

II - VOTO DO RELATOR



A proposta legislativa em apreço visa vedar a comercialização de buzina de pressão à base de gás propano butano, envasado em tubo de aerossol a menores de 18 anos.

Observa-se, então, que a matéria se insere na competência concorrente do estado para legislar sobre consumo, responsabilidade por dano ao consumidor e proteção à infância e à juventude (art. 24, V, VIII e XV, Constituição Federal); e sua iniciativa não está reservada ao Chefe do Poder Executivo, o que garante ao parlamentar estadual a possibilidade de desencadear o processo legislativo, com base nos arts. 52, *caput*, e 63, *caput*, da Constituição do Estado.

No mais, coaduna-se com o Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 8.069/90, em seu art. 81, III, o qual dispõe que "É proibida a venda à criança ou ao adolescente de (...) produtos cujos componentes possam causar dependência física ou psíquica ainda que por utilização indevida"; bem como está em consonância com o art 4º, do mesmo diploma, que, entre outras coisas, prevê que é dever do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida e à saúde da criança e do adolescente.

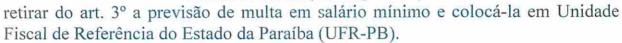
Saliente-se que há um projeto de lei do Senado Federal, o PL nº 145/2016, que se encontra em tramitação (aguardando designação de relator na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa), cuja matéria é idêntica à aqui analisada. A ementa do referido PL é praticamente a mesma ementa da propositura em apreço: "Dispõe a proibição da comercialização de buzina de pressão à base de gás propano butano, envasado em tubo de aerossol a menores de 18 (dezoito) anos e dá outras providências".

Também, tramita na Câmara dos Deputados, o PL nº 3.022/2008, o qual visa proibir a comercialização, distribuição e uso de buzina de pressão à base de gás propanobutano, envasado em tubo de aerossol. Tal PL já obteve parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania pela constitucionalidade e juridicidade, com a apresentação de substitutivo.

Visto isso, importa, contudo, dizer que a propositura em análise possui algumas impropriedades, de modo que apresento uma EMENDA DE REDAÇÃO, para a correção de erros gramaticais e uma EMENDA SUBSTITUTIVA, para



Comissão de Constituição, Justiça e Redação



Isso posto, opino pela CONSTITUCIONALIDADE E JURIDICIDADE do Projeto de Lei nº 803/2016, COM A APRESENTAÇÃO DE UMA EMENDA DE REDAÇÃO E DE UMA EMENDA SUBSTITUTIVA.

É o voto.

Sala das Comissões, em 01 de setembro de 2016.

DEP. BRANCO MENDES

Relator(a)





III - PARECER DA COMISSÃO



A Comissão de Constituição, Justiça e Redação, nos termos do Voto do(a) Senhor(a) Relator(a), opina pela CONSTITUCIONALIDADE E JURIDICIDADE do Projeto de Lei nº 803/2016, COM A APRESENTAÇÃO DE UMA EMENDA DE REDAÇÃO E DE UMA EMENDA SUBSTITUTIVA. É o parecer.

Sala das Comissões, em 01 de setembro de 2016.

DEP ESTELA BEZERRA

Presidente

preciado pela Comissão

No dia 0 09/6

DEP. JANDUHY CARNEIRO

Membro/

DEP. BRANCO MENDES

Membro

DEP. JEOVÁ CAMPOS

Membro

DEP. GERVÁSIO MAIA

Membro

DEP. HERVÁZIO BEZERRA

Membro

DEP. CAMILA TOSCANO

Membro





Comissão de Constituição, Justiça e Redação

EMENDA DE REDAÇÃO Nº 001/2016 AO PROJETO DE LEI Nº 803/2016

Art. 1º. A ementa do Projeto de Lei nº 803/2016 passará a ter a seguinte redação:

"Dispõe sobre a proibição da comercialização de buzina de pressão à base de gás propano butano envasado em tubo de aerossol a menores de 18 (dezoito) anos no Estado da Paraíba e dá outras providências"

Art. 2°. O art. 1° do Projeto de Lei n° 803/2016 passará a ter a seguinte redação:

"Art. 1º. Fica proibida a comercialização de buzina de pressão à base de gás propano butano envasado em tubo de aerossol a menores de 18 (dezoito) anos."

JUSTIFICATIVA

Com base no § 8°, do art. 118, do Regimento Interno desta Casa, apresentase esta emenda, para corrigir erros gramaticais na ementa e no art. 1°, do **Projeto** de Lei nº 803/2016.

> Colodo Deputado Estadual

Sala das Comissões, em/...../





Comissão de Constituição, Justiça e Redação

EMENDA SUBSTITUTIVA Nº 002/2016 AO PROJETO DE LEI Nº 803/2016

Art. 1º O art. 3º, caput, do Projeto de Lei nº 803/2016, passará a ter a seguinte redação:

"Art. 3°. O descumprimento do disposto nesta Lei acarretará na aplicação de multa ao estabelecimento comercial de 20 (vinte) a 100 (cem) UFR-PB (Unidade Fiscal de Referência do Estado da Paraíba), variável a depender da situação econômico-financeira do infrator, sem prejuízo de outras sanções estabelecidas em lei"

JUSTIFICATIVA

Com base no § 4°, do art. 118, do Regimento Interno desta Casa, apresentase esta emenda, para substituir a previsão da multa no art. 3°, do **Projeto de Lei n° 803/2016**, em salário mínimo, pela sua previsão em UFR-PB. Isso porque a vinculação de multa administrativa ao salário mínino é vedada pela CF/88, conforme o seu art. 7°, IV:

"Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

(...)

IV - salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender a suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim;"

No mesmo sentido é o posicionamento do Supremo Tribunal Federal:

"O Plenário desta Corte, ao julgar a ADIN 1425, firmou o entendimento de que, ao estabelecer o artigo 7º, IV, da Constituição que é vedada a vinculação ao salário-mínimo para qualquer fim, "quis evitar que interesses estranhos aos versados na norma constitucional venham a ter



Comissão de Constituição, Justiça e Redação



influência na fixação do valor mínimo a ser observado". Ora, no caso, a vinculação se dá para que o salário-mínimo atue como fator de atualização da multa administrativa, que variará com o aumento dele, o que se enquadra na proibição do citado dispositivo constitucional. - É, portanto, inconstitucional o § 1º do artigo 4º da Lei 5.803, de 04.09.90, do Município de Ribeirão Preto. Recurso extraordinário conhecido em parte e nela provido, declarando-se a inconstitucionalidade do § 1º do artigo 4º da Lei 5.803, de 04.09.90, do Município de Ribeirão Preto"

(RE 237.965, Rel. Min. Moreira Alves, Tribunal Pleno, DJ 31.3.2000).

Assim, com esta emenda, evita-se que o referido dispositivo seja declarado posteriormente inconstitucional.

Sala das Comissões, em/...../

Deputado Estadual